

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 77/XV/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de junho de 2023, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 62, 63 e 64 relativas às reuniões dos dias 13, 19 e 26 de abril de 2023;
2. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 66/XV/1.ª](#) - Solicitam medidas de proteção para a população da aldeia de Passinhas relativamente à circulação de veículos da empresa «Santos & Vale», da iniciativa de Maria Helena da Costa Paulo Nuno;
3. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 71/XV/1.ª](#) - Limitação de viaturas oficiais / de representação, da iniciativa de Ricardo Nelson Lampreia de Sousa;
4. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição urgente da Senhora Ministra da Coesão Territorial;
5. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente e Vogais Permanentes da CReSAP para efeitos de apresentação do relatório de atividades de 2022;
6. Outros assuntos.

-
- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 62, 63 e 64 relativas às reuniões dos dias 13, 19 e 26 de abril de 2023;**

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isaura Morais (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr à votação as duas primeiras atas, uma vez que a terceira ainda não estava concluída. Submetidas à votação, foram as atas 62 e 63 aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências da IL e do BE.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 77/XV/ 1.ª SL

2. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 66/XV/1.ª](#) - Solicitam medidas de proteção para a população da aldeia de Passinhas relativamente à circulação de veículos da empresa «Santos & Vale», da iniciativa de Maria Helena da Costa Paulo Nuno;

Interveio o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) que constatou que, não sendo aquela matéria da competência da Assembleia da República, era muito mais justo e transparente notificar os peticionários e informá-los desse facto em vez de ser votada a nota de admissibilidade e, com isso, serem criadas expectativas que depois não se vêm a confirmar na realidade.

Também o Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) assinalou que, perante matérias que não são de modo algum do âmbito da Assembleia da República ou até que tenham a ver com atos administrativos de outras entidades que têm autonomia constitucional, não faz sentido que seja promovida qualquer audiência, como é solicitado. E essa explicação pode ser dada na respetiva nota de admissibilidade.

A Senhora Deputada Sofia Matos (PSD) sugeriu que fosse feita uma alteração à nota de admissibilidade referindo exatamente aquilo que o Deputado Pedro Cegonho disse, até por causa das expectativas que são criadas nas pessoas que se dirigem ao Parlamento.

Do mesmo modo, a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) considerou pertinente a sugestão do Deputado Pedro Cegonho, a qual permitirá que seja feita uma nova ponderação relativamente à petição, ainda que o GP do PCP considere que, quando é solicitada uma audiência à comissão, se deve corresponder a esse pedido.

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) propôs então o adiamento da votação da nota de admissibilidade e, em reunião de mesa e coordenadores, definir a metodologia a seguir em casos futuros. Disse ainda que, por uma questão de coerência com a informação de que a Assembleia da República não é competente para fiscalizar atos administrativos de municípios, não deve ser promovida a audiência solicitada, o que deve constar de uma forma clara na resposta dada aos peticionários.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 77/XV/ 1.ª SL

3. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 71/XV/1.ª](#) - Limitação de viaturas oficiais / de representação, da iniciativa de Ricardo Nelson Lampreia de Sousa;

Por não ter sido distribuída a respetiva nota de admissibilidade, este ponto foi adiado para a próxima reunião.

3. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição urgente da Senhora Ministra da Coesão Territorial;

A Senhora Deputada Joana Cordeiro (IL) apresentou o requerimento para audição urgente da Senhora Ministra da Coesão Territorial, na sequência dos incêndios de Pedrógão Grande. Interveio o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) para dizer que o requerimento é factual e que o GP do PSD votá-lo-á favoravelmente. Por seu lado, o Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) aclarou que a questão da integração do Fundo Revita no perímetro orçamental já tinha sido devidamente clarificada por orientação do Tribunal de Contas, pelo que não faria sentido ouvir um Membro do Governo que não tem competência nessa área.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH, da IL e do PCP.

4. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente e Vogais Permanentes da CReSAP para efeitos de apresentação do relatório de atividades de 2022;

O Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD) apresentou o requerimento, informando que a CReSAP fez chegar o relatório de atividades relativo a 2022, pelo que seria importante que a direção daquele organismo viesse explicá-lo para os diversos grupos parlamentares poderem apresentar recomendações ao Governo sobre o que deve ser alterado. Os Senhores Deputados Bruno Nunes (CH), e Susana Amador (PS) disseram acompanhar aquele requerimento.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 77/XV/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se as ausências da IL e do BE.

5. Outros assuntos.

A Senhora Presidente referiu-se a um pedido de audiência do Sindicato Nacional de Farmacêuticos. Sem prejuízo de o assunto voltar a ser apreciado em sede de reunião de Mesa e Coordenadores da próxima semana, estando em causa uma carreira especial da administração pública, foi aventada a possibilidade de aquele pedido ser encaminhado para a Comissão de Saúde.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), e faz parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 14:48 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 novembro 2023.

A PRESIDENTE

(ISAURA MORAIS)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 77/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira (PS)
Isabel Guerreiro (PS)
João Azevedo (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Maria da Luz Rosinha (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Norberto Patinho (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Ricardo Lima (PS)
Ricardo Lino (PS)
Sobrinho Teixeira (PS)
Susana Amador (PS)
Firmino Marques (PSD)
Firmino Pereira (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Isaura Morais (PSD)
João Barbosa de Melo (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Joana Cordeiro (IL)
Paula Santos (PCP)
Agostinho Santa (PS)
Fátima Ramos (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
João Prata (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Luís Gomes (PSD)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Isabel Pires (BE)